

A análise social e racial na obra de Fernando Henrique Cardoso¹

DOI: 10.12957/iei.2023.79858

Rodrigo Badaró de Carvalho²

Resumo

O presente trabalho se propõe a investigar o modo como a análise social e racial emerge no pensamento de Fernando Henrique Cardoso. Diferentemente do que em geral se aponta, defende-se a hipótese de que a questão racial é central para a compreensão do pensamento do autor. Sua proposta de maior relevância, qual seja, a do desenvolvimento associado, só pode ser bem compreendida se relacionada aos seus trabalhos anteriores. Desse modo, o presente trabalho analisa diversas obras da juventude de Cardoso em diálogo com sua obra de maior destaque, investigando como a temática racial atravessa e condiciona a sua leitura sobre a formação social brasileira e, conseqüentemente, sobre as possibilidades de desenvolvimento nacional.

Palavras-chave

pensamento político brasileiro; escravidão; desenvolvimento.

Social and racial analysis in the work of Fernando Henrique Cardoso

Abstract

The present work aims to investigate the way in which social and racial analysis emerge in the thinking of Fernando Henrique Cardoso. Contrary to what is generally stated, the hypothesis is defended that the racial issue is central to understanding the author's thoughts. His most relevant proposal, that is, associated development, can only be well understood if related to his previous works. Thus, the present work analyzes several works from Cardoso's youth in dialogue with his most prominent work, investigating how racial themes permeate and condition his reading of Brazilian social formation and, consequently, the possibilities of national development.

Keywords

brazilian political thought; slavery; development.

¹ O presente trabalho apresenta um recorte da discussão desenvolvida anteriormente na tese de doutorado do autor (Cf. Carvalho, 2022a).

² Professor voluntário e pesquisador na Universidade Federal de Minas Gerais; rodrigobadaro@yahoo.com.br; <https://orcid.org/0000-0003-4624-8397>

Introdução

A vida e a obra de Fernando Henrique Cardoso foram objeto de profundo estudo ao longo das últimas décadas. Ainda no contexto de projeção de sua carreira acadêmica, entre os anos 1960-1970, o autor ganhou a alcunha de príncipe dos sociólogos e se tornou referência importante na área das humanidades. Anos mais tarde, ao entrar para a vida política e, finalmente, ser eleito duas vezes presidente da República, sua obra voltou a ser revisitada por diversos pesquisadores preocupados em compreender as correlações entre os seus feitos na vida pública e os seus escritos acadêmicos (Fiori, 1995; Traspadini, 2014; Carvalho, 2015; Gonçalves, 2018). Ele próprio se dedicou nos últimos anos a produzir interpretações sobre a sua própria obra e trajetória política (Cardoso; Toledo, 1998; Cardoso, 2015-2019).

A ampla investigação da obra do autor apontou para vários aspectos importantes de sua trajetória: o descolamento da tradição cepalina e isebiana; o uso instrumental do referencial marxista; a percepção de forma precoce do cenário de globalização que emergia, até aos trabalhos que apontam como a sua leitura do Brasil serviu de base para a fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), chegando às análises da sua atuação política (Lahuerta, 2001; Dulci, 2010; Natalino, 2020; Carvalho, 2022b).

Sem a pretensão de travar diálogo neste artigo com todos esses aspectos que envolvem as interpretações das obras de Cardoso, propomos aqui uma análise bastante específica que, no entanto, nos parece ser reveladora acerca dos modos pelos quais se estruturou o pensamento político brasileiro. Trata-se de verificar como a leitura da formação social brasileira esteve na base das várias construções do autor e, por fim, apontar como por trás dessas construções há também um aspecto racial importante que não pode ser ignorado.

Se o argumento aqui apresentado faz sentido, então será possível situar esse trabalho junto àqueles que têm buscado explicar como se desenvolve o racismo estrutural (Almeida, 2019) na sociedade brasileira. Mais que apenas demonstrar a sua existência, buscamos acrescentar uma camada mais a essa tese, indicando como o pano de fundo racista está presente e, até certo ponto, condiciona as construções intelectuais mesmo de autores que, ao seu tempo, eram vistos como sensíveis às questões raciais.

Este trabalho se divide em cinco partes. Na primeira, recuperam-se dois elementos básicos que estruturam o pensamento de Cardoso: a crítica à tese da democracia racial e o diagnóstico da impossibilidade do projeto nacional-desenvolvimentista. Na segunda parte, busca-se brevemente reconstruir a trajetória dessas temáticas e mostrar como originalmente elas aparecem fortemente conectadas. Na terceira parte, aponta-se de modo mais específico como há nas obras de Cardoso uma leitura da formação social brasileira no século XIX que, por sua vez, impacta a leitura que o autor faz da burguesia e do operariado brasileiro, analisados na quarta e quinta partes deste artigo, respectivamente.

Dois antagonismos

O desenvolvimento da obra de Fernando Henrique Cardoso se dá em um contexto bastante específico do pós-Segunda Guerra Mundial, período que inaugurou um novo momento para o desenvolvimento de trabalhos científicos no campo das humanidades. Não só a temática do desenvolvimento ganhava força, notadamente com a criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), em 1948, como também a temática racial assumia grande centralidade diante da tragédia do holocausto. Nesse novo contexto, o Brasil aparecia como uma espécie de retrato reverso da Alemanha nazista, percebido internacionalmente, sob forte influência da obra de Gilberto Freyre, como um país livre dos conflitos raciais. No intuito de compreender melhor empiricamente essa dinâmica racial no Brasil, foi criado o projeto Unesco (Maio, 1998). A partir desse projeto, desenvolveu-se uma série de estudos sobre a questão racial, tendo Florestan Fernandes sido responsável por desenvolver trabalhos que investigaram de modo profundo as questões raciais no Brasil, seja no período escravocrata, seja no período posterior, verificando como se deu a inserção do negro na sociedade de classes, preocupação que daria título a um de seus mais conhecidos livros (Fernandes, 2021). Ao longo de suas investigações, terminou por se contrapor à visão romantizada acerca do processo de miscigenação racial apresentado por Gilberto Freyre (1933), notadamente em seu clássico *Casa Grande e Senzala*. Dessa linha de pesquisa conduzida por Fernandes saíram diversos trabalhos, dentre os quais se situa a tese doutoral de Fernando Henrique Cardoso: *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*.

Nesse mesmo contexto também se desenvolveu o projeto de “Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”, que previa ao longo de quatro ou cinco anos a produção de diversos trabalhos acerca das temáticas da modernização e da instauração da ordem competitiva no Brasil. Nesse projeto, Cardoso ficou responsável pelo eixo temático “A mentalidade do empresário industrial”. A partir daí desenvolveu o trabalho que se tornaria sua tese de livre docência, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, defendida, em 1963 (Queiroz, 2020, p. 77).

Em sintonia com as preocupações centrais que moviam as pesquisas do seu tempo na Universidade de São Paulo, Cardoso traz contribuições importantes para as duas agendas fundamentais de pesquisa, a temática racial e a temática do desenvolvimento. Em ambos os casos, seus antagonistas são claramente identificados. No primeiro caso, tratar-se-ia de se contrapor à visão romantizada do processo de formação social, especialmente no que diz respeito às relações entre brancos e negros. No outro *front*, impunha-se a tarefa de debater junto aos grupos organizados na Cepal e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) sobre as possibilidades concretas de se levar adiante um projeto *nacional-desenvolvimentista*.

Cardoso apresentaria em *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, escrita em conjunto com Enzo Faletto, a defesa de que o caminho possível para o

desenvolvimento brasileiro seria a abertura ao mercado estrangeiro. O *desenvolvimento associado* ao capital externo, diferente, pois, do modelo nacionalista que vigorava, seria o horizonte possível de desenvolvimento a longo prazo para o país. A *dependência* seguiria sendo um problema, mas, diferentemente do que defendiam os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), Cardoso compreendia que seria possível alcançar certo grau de desenvolvimento, *apesar da dependência*. Essa leitura levou Cardoso a polemizar e, finalmente, se distanciar dos autores da TMD (Wasserman, 2017). No pano de fundo dessas discussões também estava o debate acerca do significado do regime civil-militar brasileiro. Diferentemente dos demais autores, Cardoso enxergava nesse sistema um potencial economicamente modernizador. Ou, em seus termos, “não fosse para evitar a confusão semântica e a manipulação política óbvia que ela permite, seria mais correto dizer que o golpe de 64 acabou por ter consequências revolucionárias no plano econômico” (Cardoso, 1993a, p. 52-3).

De forma geral, as duas questões – a racial e a do desenvolvimento – aparecem na literatura de forma pouco conectada. Compreende-se como dois momentos do pensamento do autor, dois temas que pouco se relacionam. Retornando às suas primeiras obras, no entanto, é possível perceber mais claramente a inter-relação entre eles.

Escravidão, patrimonialismo e o capitalismo brasileiro

Em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Cardoso empreende uma reflexão bastante ampla que conjuga os dois temas, propondo-se a pensar em perspectiva histórica o desenvolvimento econômico, as estruturas e disputas políticas e o modo pelo qual se conformou o Estado na região Sul do país. Dito do seu modo, “o livro visa analisar a totalidade social concreta que resultou da interação entre senhores e escravos na sociedade gaúcha” (Cardoso, 2003, p. 27). A obra trazia uma novidade importante: os diálogos diretos com o marxismo, especialmente na construção dos seus alicerces metodológicos, como na defesa do uso da interpretação dialética na Sociologia (Cardoso, 2003, p. 31). Essa influência certamente é explicada pela presença do autor nos famosos seminários de estudo d’*O Capital*, que inauguraram uma nova abordagem sociológica na USP e que passariam a compor também o modo pelo qual Cardoso orientaria seus trabalhos posteriores.

Como apontam diversos autores³, havia naquele período uma espécie de “marxismo difuso” (Lahuerta, 2001; Pécaut; Goldwasser, 1990) que não apenas orientou

³ Ao trazer esse referencial metodológico, Cardoso assumia um traço próprio e distanciava, em alguma medida, do padrão originalmente estabelecido por Florestan Fernandes (2021). Costanzo e Marino (2022, p. 319) apontam que o uso em *Capitalismo e Escravidão...* de Lucaks e Sartre permitiu a Cardoso fazer uso do materialismo histórico se distanciando do funcionalismo, que seria forte em Florestan à época. Em direção semelhante, se valendo de Sallum Jr. (2002), Álvaro Bianchi afirmava que Florestan utilizava Marx, mas integrava os aportes de sua sociologia à de Weber, Durkheim, Mannheim e da Escola de Chicago. Nesse sentido, ao afirmar as ideias de Marx como um ponto de partida, o grupo de estudos do *Capital* ao qual Cardoso se vinculava “claramente desafiava Florestan” (Bianchi, 2010, p. 186).

Cardoso, mas esteve presente em toda a intelectualidade dos anos 1960-70. Compreende-se que o seu marxismo não impediu que outras importantes bases metodológicas se fizessem presentes em sua obra, notadamente o uso da sociologia weberiana (Ribeiro, 2020). O ecletismo metodológico e a separação entre o uso da dialética marxiana e a defesa de uma política socialista nos leva ao afastamento da interpretação que identifica em Cardoso um marxista *stricto sensu*, e sim um “ecletismo bem temperado” que Gabriel Cohn (1987) atribuía a Florestan Fernandes.

Fazendo uso desse ecletismo metodológico, a tese doutoral de Cardoso conecta o debate acerca da questão racial com a temática do desenvolvimento e da modernidade. O autor identifica como a escravidão foi uma realidade marcante no Rio Grande do Sul e como a região também se caracterizou por ser uma sociedade rural, latifundiária e escravista que não se diferenciaria em essência do restante do Brasil. Inexistiria naquela região a democracia rural ou racial. Ao contrário, predominaria uma formação patrimonial, diferente do que indicava a historiografia (Cardoso, 2003, p. 107-8). Esse cenário patrimonial e escravocrata caracterizaria o modo próprio pelo qual ocorria a inserção na dinâmica capitalista.

Seria crível afirmar que a "sociedade pastoril" assim constituída fora uma "ordem democrática"? Parece óbvio que não. Os lagunistas e preadores paulistas transferiram para o sul o mesmo sistema de organização do trabalho, de apropriação e distribuição da terra e o mesmo sistema de poder vigente no resto da Colônia: a grande propriedade mantida e dirigida pela família patriarcal, à base do trabalho escravo, com o concurso dos agregados (Cardoso, 2003, p. 118).

Em análise bastante ampla, Cardoso usava do modelo típico-ideal weberiano para distinguir diferentes formas pelas quais se estruturava o uso do trabalho escravo no Rio Grande do Sul. Embora reconhecesse as diferenças entre a escravidão no meio urbano e no rural, bem como diferentes usos no meio rural entre as charqueadas e as estâncias (Cardoso, 2003, p. 172), não deixava de concluir que: “embora de diferentes modos, o escravo é sempre escravo e não há ‘democracia rural’” (Idem, p. 166-167). Em linhas gerais, compreende que a sociedade gaúcha não deveria ser vista como “o outro” do processo colonizador. Ao contrário, carregaria consigo todos os traços de uma sociedade escravocrata, patriarcal e patrimonial, embora com suas especificidades. Dentre elas estaria o menor poder político da elite gaúcha, encontrando dificuldade de influir na política nacional, e a conformação de um poder bastante particular devido ao fato de tratar-se de região fronteiriça. O poder ali se estruturaria na forma patrimonialista e carregava condições particulares que fizeram com que a autoridade assumisse características tão marcadas pelo arbítrio e pela violência que “não seria exagerado admitir que o sistema patrimonialista de poder sofreu uma distorção no sentido de um tipo de poder sultanístico” (Cardoso, 2003, p. 130).

Cardoso aponta que, com a concorrência do charque produzido na região do Prata, o problema da pouca competitividade e do pouco poder político dos gaúchos passaram a se entrelaçar em um ciclo vicioso. Afirma que, se tivessem melhores condições de

produção, poderiam favorecer mais lucros e fortalecer o poder e o prestígio da classe senhorial. Por outro lado, se por outros motivos tivessem acesso a maior poder e prestígio, a camada senhorial poderia se utilizar de instrumentos fiscais – notadamente a tributação da carne importada – para assegurar condições mais propícias para o charque gaúcho (Cardoso, 2003, p. 208). O desequilíbrio de poder, contudo, escondia aquilo que, na leitura de Cardoso, seria o elemento central: o descompasso entre capitalismo e escravidão. Segundo o autor, “o sistema escravista estava destinado ao malogro desde o momento em que competia com economias organizadas à base do trabalho livre” (Cardoso, 2003, p. 216). A economia escravocrata impor limites ao processo de racionalização da produção e ao cálculo econômico. A partir de um certo limite, tornar-se-ia um obstáculo para a formação do capitalismo.

(...) no regime capitalista, o trabalho livre permite a seleção de uma forma de incentivo à produção, como o salário, que, com tudo o que possui de mistificador, dá a ilusão do trabalho retribuído. Em certas circunstâncias pode mesmo induzir o trabalhador a dedicar-se à sua tarefa para, com mais trabalho, obter maiores salários e, conseqüentemente, maiores possibilidades de adquirir os meios indispensáveis para sua satisfação na vida extrafabril. O trabalho escravo, ao contrário, não permite nenhuma forma semelhante de ajustamento do produtor às condições de produção. Torna-se uma condenação irremissível que só se pode manter graças à coação direta e contínua (Cardoso, 2003, p. 217-218).

Após 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, a redução na oferta de escravos e o aumento dos preços produziu um fluxo dessa mão de obra para o Norte. A escassez de braços diante da evasão de escravos agravava as dificuldades encontradas no Sul. Pouco a pouco a região ia encontrando grandes dificuldades para se manter competitiva. A estrutura patrimonial e escravocrata estaria na origem fundamental dos problemas vivenciados e da enorme dificuldade em se manter competitiva. E à medida que se avançava no debate em direção à abolição da escravidão, o debate era deslocado, e o imigrante passava a ser visto cada vez mais como a solução para os problemas da região. O branco europeu se tornava sinônimo de progresso, enquanto o negro seguia sendo associado fortemente ao atraso.

O braço livre desejado era o braço estrangeiro, sem mácula, não o braço do liberto ou do negro degradado pela escravidão. Esse, ao contrário, passava a ser considerado em si mesmo, independentemente do sistema escravocrata, como causa de ociosidade, marasmo, dissolução. O que fora fruto da escravidão passava a ser confundido com sua causa e tido como fator de imobilismo e atraso (Cardoso, 2003, p. 254).

A mentalidade em relação ao negro e ao imigrante seria um indicativo do que se daria nos anos posteriores à abolição: a manutenção de uma estrutura atrasada, imprópria para o desenvolvimento capitalista. Simplesmente deixar de possuir escravos não faria dos charqueadores grandes capitalistas. Seria necessário redefinir valores e comportamentos, o que os charqueadores teriam sido incapazes de fazer (Cardoso, 2003, p. 262-263).

A denúncia da inexistência de uma mentalidade capitalista, inicialmente situada na elite sul-rio-grandense do século XIX, seguiria sendo objeto de sua investigação. O próximo passo seria focalizar na burguesia industrial brasileira recém-formada em meados do século XX. Em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, o autor analisaria essa burguesia justamente com o intuito de verificar as possibilidades de desenvolvimento nacional a partir de um processo político liderado por essa classe.

Ao mesmo tempo que trata da elite, Cardoso também investiga, embora de modo menos sistemático, os escravos e o proletariado brasileiro. No século XIX, seu intuito era demonstrar o impacto profundo da escravidão nesses sujeitos. No século XX, seu intuito é verificar como se forma o proletariado e a possibilidade de essa classe liderar o processo político. Em linhas gerais, seus achados indicaram a existência de condições estruturais que impediriam o proletariado e os burgueses de agirem em conformidade com o que modernamente se esperaria deles. Não haveria consciência de classe suficiente para que exercessem a dominação política necessária, seja para a implementação de um sistema capitalismo pujante, seja para a implantação do socialismo.

A origem patrimonial, escravocrata e subdesenvolvida seguirá presente nas obras posteriores à medida em que o autor não identifica rupturas profundas com os elementos constitutivos dessa ordem. Mesmo a industrialização não assumiria um caráter revolucionário, mas sim acomodaria essas diferentes estruturas. Assim, elementos histórico-estruturais verificáveis empiricamente emergem em sua obra como impasses fundamentais ao processo de desenvolvimento. Apenas sob bases frágeis e momentâneas, como teria sido o período do populismo, seria possível levar adiante um projeto de desenvolvimento em termos estritamente nacionais. Alterada a conjuntura favorável, o pacto se tornaria inviável e estaria aí, inclusive, a razão para a implementação do regime civil-militar, amplamente analisado em sua obra *Autoritarismo e Democratização*. Apesar de autoritário, Cardoso identificava no regime militar um caráter modernizador, diferente do que denunciavam os teóricos marxistas da dependência.

As análises empíricas da situação nacional, nas quais identificava o predomínio de grupos sociais débeis e de um Estado patrimonial, inviabilizariam qualquer outro projeto que não o de *desenvolvimento associado*, isto é, a abertura econômica ao capital estrangeiro como caminho para imprimir uma dinâmica de modernização econômica, ainda que a dependência permanecesse como um traço caracterizador desse processo. Esse é, em linhas gerais, o argumento que atravessa sua obra de maior relevância: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrita em coautoria com Enzo Faletto (Cardoso; Faletto, 2011).

Essa breve apresentação da obra de Cardoso nos serve aqui para apontar como aspectos fundamentais da tese doutoral de Cardoso seguirão presentes, ainda que com ajustes, em seus trabalhos posteriores. De um lado, suas análises remetiam ao Estado e ao seu funcionamento em bases patrimoniais; de outro, expressava sua visão acerca de

um predomínio de uma dinâmica pouco moderna do corpo social. O modo particular pelo qual se deu a inserção dos negros na ordem social, apenas formalmente na qualidade de iguais aos brancos, evidenciaria, para Cardoso, “a precariedade da nova ordem democrática que se supôs implantada no país e a persistência de traços acentuados do ‘antigo regime’ na sociedade de classes que se formara” (Cardoso, 2003, p. 354). Esse entendimento seguiria presente em uma compreensão acerca dos limites da democracia na história brasileira.

Desse modo, parece possível compreender as construções teóricas de Cardoso a partir de duas chaves fundamentais: a sua leitura do Estado, lida como patrimonial e incapaz, portanto, de ser o agente racional promotor de um desenvolvimento capitalista. Diante disso, defende-se um Estado que interfira menos na dinâmica do mercado, deixando-o, pois, operar em condições mais livres. A leitura do Estado, contudo, interessa menos aos propósitos desse trabalho. Cabe na sequência aprofundar acerca da leitura de sociedade promovida por Cardoso e, ainda, indicar como a questão racial constitui um pano de fundo importante dessa construção.

Análise social no século XIX

Embora não se proponha a fazer uma leitura da formação social nacional comparável àquelas realizadas por outros do pensamento político brasileiro (Freyre, 1933; Holanda, 1936; Viana, 2005), é inevitável identificar um fio condutor acerca dessa leitura na obra de Cardoso. Já em *Capitalismo e Escravidão...* há uma construção que busca compreender aspectos sociais brasileiros na formação social do Rio Grande do Sul. Cardoso empreende uma análise da elite econômica sulista a partir da identificação da sua incapacidade de competir com as elites da região do Rio da Prata. Haveria uma debilidade associada à incapacidade desses grupos de instituírem um sistema de produção capitalista moderno. A dificuldade principal estaria associada à própria instituição da escravidão, que seria contrária à lógica de produção moderna (Cardoso, 2003, p. 218). O predomínio do trabalho livre e a maior divisão do trabalho seriam os fatores decisivos para compreender os ganhos competitivos da região vizinha.

Esse diagnóstico, porém, não seria compartilhado à época. Ao contrário, os gaúchos insistiam no caminho de buscar um protecionismo estatal como solução para a baixa competitividade. A instituição da escravidão aparece, pois, como uma espécie de indicativo do grau de irracionalidade do sistema econômico. Na leitura de Cardoso, a escravidão não seria uma irracionalidade apenas do ponto de vista moral, sendo uma de suas principais preocupações ao longo de *Capitalismo e Escravidão...* demonstrar que tal irracionalidade refletia também na própria lógica econômica capitalista. Compreendido assim, tem-se, desde já, um primeiro retrato da elite nacional, ainda que bastante situado temporal e espacialmente. Trata-se de uma elite incapaz de compreender as dinâmicas modernas do capitalismo, presa a uma lógica escravista e refém de benesses e proteções

estatais. Por tudo isso, estaria essa elite fadada ao fracasso e à eliminação na lógica competitiva, especialmente no pós-abolição.

Paralelamente, ainda em *Capitalismo e Escravidão...*, vê-se também uma análise de Cardoso acerca do outro grupo, numericamente mais expressivo, dessa sociedade: os escravos. Em linhas gerais, identifica-se uma obra sensível ao problema da escravidão, buscando entender o racismo e como ele dificulta a inserção dos negros na sociedade de classes. Conforme dissemos, trata-se, nesse sentido, de obra em sintonia com os demais trabalhos produzidos por Florestan e pela Escola de Sociologia da USP. No decorrer da obra, contudo, emerge um pressuposto bastante revelador dos limites não só da reflexão de Cardoso, mas do próprio debate sobre o tema naquele contexto. Segundo o autor, a escravidão teria tanta força que levaria o próprio escravo a se ver como objeto, mera força de trabalho, introjetando em sua consciência uma construção da própria ordem escravista.

A liberdade desejada e impossível apresentava-se, pois, como mera necessidade subjetiva de afirmação, que não encontrava condições para realizar-se concretamente. É verdade que houve fugas, manumissões e reações. (...) A liberdade assim conseguida ou outorgada não implicava em nenhum momento, porém, modificações na estrutura básica que definia as relações entre senhores e escravos: não abalava a propriedade servil e os mecanismos de sua manutenção. (...) Está claro, também, que a possibilidade de o escravo autoconceber-se como um agente social capaz de realizar os próprios desígnios era solapada continuamente, graças ao progresso de socialização, às expectativas que se formavam em torno de seu comportamento e à vigilância estrita a que o sujeitavam (...) a sociedade escravocrata dispunha de mecanismos pelos quais moldava a personalidade do escravo, impedindo a formação de atitudes capazes de orientar sua ação para a concretização dos ideais de libertação (Cardoso, 2003, p. 179).

Apesar de longa, essa passagem é bastante elucidativa. Embora Cardoso reconheça o fortalecimento das lutas abolicionistas nos anos que antecedem o 13 de Maio, atribui essas possibilidades às mudanças nas estruturas econômicas e políticas, posto que, a seu juízo, “a possibilidade efetiva de os escravos desenvolverem ações coordenadas tendo em vista propósitos seus era muito pequena”, uma vez que “não tinham condições para definir alvos que levassem à destruição do sistema escravista e não dispunham dos meios culturais (de técnicas sociais ou materiais) capazes de permitir a consecução dos propósitos porventura definidos” (Cardoso, 2003, p. 179). Por tudo isso, o escravo seria incapaz de reagir contra o sistema, sendo suas revoltas apenas atos de desespero individuais ou, quando muito, planos frustrados de rebelião, logo contidos pela força das instituições senhoriais (Idem, p. 180).

Tal concepção seguiria sendo reforçada nos anos seguintes. Na segunda edição do livro, não apenas inexistia qualquer correção nos termos em que se empreendia esse debate como também se reforçava no prefácio o entendimento de que o fim da escravidão no Brasil seria resultado da vitória dos capitalistas-industriais manchesterianos. Uma breve ressalva sobre o tema viria apenas no prefácio à 5ª edição, já em 2003.

A compreensão de que acontecimentos externos à nação são fundamentais para compreender os processos políticos na periferia do sistema capitalista consiste em entendimento fundamental da obra de Cardoso. O autor não pensa esses processos de forma automatizada, mas sim buscando perceber como a ação externa impacta a dinâmica nacional e produz diferentes resultados. É assim, pois, que compreende a escravidão, a industrialização, e será também a partir dessa compreensão que orientará sua proposta de desenvolvimento associado.

Em 1975, em *Autoritarismo e Democratização*, o autor voltaria a revisitar os processos formativos nacionais. Nesse processo, repetia-se a visão anteriormente identificada acerca da escravidão e da (in)capacidade de resistência dos escravos àquele sistema.

Se bem tenham havido revoltas de escravos persistentemente, o fim da escravidão é um processo cujo movimento não se explica pelas contradições entre senhores e escravos, mas por uma teia mais complexa de determinações, a que anteriormente aludimos, pela qual forças sociais distintas como a burguesia industrial inglesa, em aliança, agora sim, com uma burguesia agrária emergente (os plantadores de café de São Paulo que utilizavam mão-de-obra assalariada imigrante), e, indiretamente, com parte das categorias sociais que pertenciam ao aparato do estado (os militares) e aos aparatos ideológicos (a intelligentsia do Império) é que vão se opor aos senhores de escravos, aos mercadores de tráfico negreiro e aos setores do estado imperial que lhes davam, no país, expressão e sustentação (Cardoso, 1975, p. 110).

Se essa passagem já seria suficiente para indicar a importância diminuta dada aos próprios negros no processo de abolição, a seguir, essa concepção ficaria ainda mais clara.

Em todo este processo, de 'passagem', os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os 'camponeses', são os testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história. Sua luta, quando houve, nada teve em comum sequer com os 'rebeldes primitivos' da Europa. Pertencem às páginas dramáticas da história dos que não têm história possível. As lutas, dos quilombos e a revolta pessoal do escravo que mata algum senhor e foge, não eram embriões de uma luta social maior, capaz de pôr em causa a ordem senhorial. Correspondiam às situações-limites em que, mesmo sem destino histórico, num quase testemunho de altivez e nojo, o homem se refugia na grandiosa e inoperante negatividade pura (Cardoso, 1975, p. 112).

Em resumo, com maior peso em *Capitalismo e Escravidão...*, mas também reforçada em momentos posteriores, há uma visão clara de Cardoso sobre a escravidão. Por um lado, há a reiteração daquilo que aos olhos de hoje é ponto pacífico: "a escravidão funda-se em relações de violência". Essa afirmação, contudo, tinha objetivo bastante específico para o seu período: tratar-se-ia de afastar definitivamente qualquer interpretação que apontasse para a existência de democracia racial ou rural, mesmo que compreendida como um traço particular da região sul do Brasil. Como afirmou, seu objetivo era contrastar a visão idealizada de Gilberto Freyre (Cardoso, 1993b, p. 25) e nisso foi muito

bem-sucedido, juntando-se às contribuições trazidas por Florestan. Identificando uma ordem patrimonialista estruturada pela força do arbítrio e da violência, denunciou como essa estrutura impossibilitou os negros de terem um estatuto de humanidade respeitado no processo de inserção na sociedade gaúcha (Cardoso, 2003, p. 161).

Tem razão Marcos Abraão Ribeiro ao apontar, em diálogo com Axel Honneth, que a obra de Cardoso contribuiu para um melhor entendimento acerca dos modos pelos quais os negros se inseriram na sociedade de classes, refutando o caráter de excepcionalidade da sociedade escravocrata gaúcha. Ainda, é mesmo um mérito de Cardoso apresentar o “processo de não reconhecimento social do negro”, processo esse que seria reproduzido em todas as etapas da vida na sociedade gaúcha. “As crianças brancas desde cedo eram socializadas no sentido de não reconhecerem os escravos negros como pessoas humanas. Tal fato tinha papel decisivo para a reprodução de um sistema social tão brutal” (Ribeiro, 2011, p. 13).

Por outro lado, no entanto, ao refutar a democracia racial e mostrar os impactos da escravidão sobre os negros, Cardoso terminou por produzir uma interpretação totalizante acerca da escravidão. Ao dizer que os negros não tinham as condições mínimas de lutar por sua própria liberdade, terminou por, na contramão do que identifica Ribeiro (2011), *negar reconhecimento* às diversas lutas sociais travadas pela população negra, seja no contexto de abolição ou não. Há aqui, a nosso juízo, um importante limite no que diz respeito à capacidade de Cardoso em compreender a própria humanidade e racionalidade desses sujeitos escravizados. Esse é, aliás, um limite fundamental do pensamento desenvolvido no terceiro quartel do século XX. Por um lado, essas construções foram sensíveis à questão racial e capazes de reconhecer de modo profundo muitos dos impactos da escravidão e como seus efeitos ainda poderiam ser sentidos ao pensar a inserção social desses grupos. Por outro lado, no entanto, terminaram também eles por reduzir os sujeitos àquela condição, não sendo capazes de reconhecer como a história de escravidão e de opressão foi também toda ela atravessada por resistências que vão muito além dos “gestos de desespero” (sobre isso, ver Almeida, 2022; Alonso, 2015; Cardoso, 2008; 2015; Simas, 2018).

A leitura da escravidão pode parecer distante de outros grandes temas presentes na obra de Cardoso, como o “autoritarismo” e o “desenvolvimento”. Mas, a nosso juízo, há uma costura a ser feita entre tais construções. Os escravizados do final do século XIX, apresentados por Cardoso como incapazes de conceber seus próprios interesses e agir racionalmente com essa motivação, seguem nessa condição no período do pós-abolição. Desaparece a escravidão, mas permanece o racismo como prática que impediria a plena inserção desses sujeitos. Ausentes grandes rupturas nas décadas seguintes, não é de se estranhar que, ao chegar às análises dos anos 1940-50, persista o diagnóstico de uma debilidade social.

Nesse sentido, busca-se aqui argumentar que as leituras feitas sobre a sociedade brasileira do final do século XIX ecoam nas análises que serão feitas acerca da sociedade brasileira de décadas mais tarde. Da burguesia agrária e dos escravos irracionais do

século XIX, veremos a passagem no século XX para uma leitura que identifica na burguesia, agora industrial, e no operariado/campesinato a permanência daqueles traços.

Da elite agrária à burguesia industrial

Em 1964, apenas dois anos após a conclusão de *Capitalismo e Escravidão...*, Cardoso defenderia *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, trabalho apresentado originalmente como tese de livre-docência. Nesse trabalho, busca investigar empiricamente a mentalidade do empresário industrial brasileiro. Cardoso argumenta que o grande imperativo para as elites econômicas consiste em se transformar também em elite política, ultrapassar a visão que compreende a empresa isoladamente, perceber o processo crescente de mobilização das classes trabalhadoras e produzir uma ação coordenada para impor uma estratégia política que sirva como contraponto à pressão exercida pelas outras classes sociais. O trabalho do autor busca compreender, então, se a burguesia brasileira possuiria os atributos necessários para ela mesma levar adiante um projeto de modernização econômica no país. Trata-se de diálogo em sintonia com as principais discussões existentes na Cepal e no ISEB.

A análise da burguesia se conecta, pois, ao propósito de pensar as possibilidades de desenvolvimento. Nos países centrais, a história do desenvolvimento se confundiria com a invenção de um modelo de ação econômica racional levada adiante pela burguesia (Cardoso, 1972, p. 78). Partindo desse pressuposto – e opondo-se a Celso Furtado, para quem, segundo Cardoso (Idem, p. 83), importariam mais as análises sistêmicas e pouco se falaria sobre o papel dos empreendedores industriais –, propõe-se a compreender o desenvolvimento econômico do Brasil como

processo político-econômico-social [que] implica não apenas na formação de uma indústria de bens de capital e no automatismo do crescimento econômico, como na formação e dinamização de novas classes capazes de redefinir o equilíbrio tradicional de poder e de romper a estagnação econômica (que são duas formas de expressão da mesma situação de subdesenvolvimento) no plano interno e no plano externo (Cardoso, 1972, p. 84).

Se, no século XIX, em sua análise do então chamado “Brasil Meridional”, as estruturas políticas, econômicas e sociais, notadamente o patrimonialismo e a escravidão, levavam a práticas não modernas, irracionais, em *Empresário Industrial...* não emergirá diagnóstico muito diverso quanto à burguesia nacional, agora já situada no ambiente urbano e em processo de industrialização. Buscando compreender essa burguesia em suas diferenças internas, identifica comportamentos e elege critérios atrelados à localização, à dimensão e ao próprio histórico das empresas e dos industriais para criar sua tipologia. A conclusão aponta, em síntese, para dois modelos típico-ideais: Capitães de Indústria e Homens de Empresa.

Capitães de Indústria compreende o grupo que faz uso de experimentações, lucra com a especulação através de controles precários feitos da produção e da demanda por meio da aplicação de questionários toscos. Valendo-se de um espírito científico, embora de forma pouco racional, esses empresários conseguiram de modo aventureiro construir um império fabril. Tratar-se-ia de um empresariado sem qualquer visão de longo prazo e com pouquíssima capacidade de planejamento, predominando a experimentação, a aventura e a especulação. A sua relação com o Estado é caracterizada pela possibilidade de tirar proveito de eventuais facilidades. Nesse contexto, segundo Cardoso, “o Estado-patrimonialista, desde que possa ser manipulado, passa a ser o ideal de organização governamental para estes defensores da ‘iniciativa privada’” (Cardoso, 1972, p. 134).

Alguns desses capitães da indústria, contudo, desenvolveram visões de mundo mais apuradas. Eis que, ao aliar o grau de compreensão de seu papel como industrial à prática de medidas para baratear e melhorar a produção em massa, além de passar a atuar fora da empresa, visando amparar ideias e iniciativas que beneficiem a indústria, o capitão da indústria se transforma em homem de empresa (Cardoso, 1972, p. 140). Para eles, espírito de concorrência, metodização do trabalho e desenvolvimento tecnológico são questões fundamentais. Esse tipo de liderança possui um grau robusto de consciência dos problemas empresariais, não refletindo mais aquelas visões tradicionais presentes nos capitães de indústria. Os *Homens de Empresa*, dirá Cardoso (Idem, p. 139), têm preocupações mais amplas, menos egoístas, voltadas para a sociedade como um todo.

Na esfera da fábrica estariam eles movidos pelo desejo de construir uma “indústria verdadeira”, ao mesmo tempo que, na visão mais ampla que têm de mundo, desejam construir o capitalismo no Brasil. Por essa razão se empenham em alcançar influência ampla, não apenas subornando agentes estatais e buscando benesses, mas visando impor os pontos de vista da indústria à maioria da sociedade. Aumentar sua influência sobre os meios de difusão da cultura e da comunicação seria fundamental para conseguir convencer a nação acerca das vantagens do capitalismo (Cardoso, 1972, p. 148).

Importante destacar que esses homens de empresa consistiriam em apenas uma pequena parcela do conjunto do empresariado brasileiro, sendo a maior parte dessa classe composta pelos “Capitães da Indústria”. Minoritários, encontrariam grandes dificuldades em efetivamente conduzir os rumos políticos e econômicos do país. E, ainda, contaria com divergências internas dentre as quais se destaca a cisão quanto à importância da defesa da indústria nacional. Se uma parte compreendia ser importante o controle das empresas nacionais para um desenvolvimento econômico independente, para outros os “interesses verdadeiros da nação” estariam no desenvolvimento do capitalismo de forma geral, não importando a origem do capital (Cardoso, 1972, p. 150-151).

A diversidade dos empresários poderia também ser explicada espacialmente. Enquanto predominaria em todo o país os *Capitães da Indústria*, São Paulo seria a exceção em que haveria maior concentração de *Empresários Industriais* (Cardoso, 1972, p. 172). Na

mesma direção, indica que, quando se comparam “as crenças e práticas de um industrial do Nordeste ligado a uma ‘grande família’, com a ação e os ideais de um industrial de Blumenau, filho de alemães, as diferenças são enormes”. (Idem, p. 162).

Haveria a impossibilidade de a burguesia se ver como parte de uma mesma condição de classe. Isso se deveria aos preceitos patrimonialistas arraigados desde o passado escravocrata, mais fortemente identificados no Nordeste (Cardoso, 1972, p. 162). Além disso, a maior parte dos empresários teria preferência por práticas tradicionais, pelos favores, subornos ou outros meios de obter ganho fácil. Pouco se interessariam por avanços técnicos ou por grandes projetos nacionais. Mesmo dentre aqueles que possuiriam visão mais ampla, poucos transformariam a ideia em ação, sendo também limitados estrutural e politicamente⁴ (Idem, p. 155-156).

Para se tornar hegemônica, a burguesia teria que romper com grupos tradicionais, abrindo mão da situação de concorrência imperfeita e colocando em risco o cenário favorável em troca de uma hegemonia futura. Para isso, seria necessário se aliar a grupos urbanos e populares, o que representaria novo risco ao controle político dos industriais. Nesse cenário, a burguesia preferia se aliar aos grupos tradicionais para não correr riscos futuros.

Nesse sentido, o comportamento da burguesia se explica sobremaneira por uma estrutura patrimonial que antecede a sua formação. Essa mesma estrutura não força um comportamento voltado à ação modernizadora e nem tampouco leva esse grupo a se unificar em torno da busca pela hegemonia política da sociedade. Ausente ainda grandes preocupações nacionalistas quanto à origem do capital, a liderança burguesa de um processo de industrialização modernizador seria desejo minoritário entre os empresários, insuficiente para atender aos anseios nacional-desenvolvimentistas. A tese de Cardoso, assim, termina por apontar empiricamente para a insustentabilidade desse projeto.

Do escravo ao operário

Compreendidas as limitações da burguesia industrial, Cardoso conclui a primeira edição de *Empresário Industrial...* questionando acerca da possibilidade de as classes operárias levarem adiante um projeto de modernização. Do contrário, o Brasil seguiria num

⁴ Toda essa construção serviu de base para que diversos autores identificassem na obra de Cardoso um diagnóstico de passividade acerca da burguesia (Cf. Mancuso, 2007). Alguns outros autores, inclusive, buscaram investigar a mesma burguesia e identificaram padrões de comportamento diverso daquele apontado por Cardoso (Bianchi, 2010; Diniz, 1978; Diniz; Boschi, 1978). Mais recentemente, Costanzo e Marino (2022) sustentaram que Cardoso não estaria apontando para uma passividade ou irracionalidade da burguesia, mas para uma ação tradicional que seria explicada pela dificuldade de agir segundo seus próprios interesses diante do fato de se tratar de classe recente, heterogênea, marcada por interesses contraditórios e que não sofria grandes pressões de trabalhadores organizados. Contando com um cenário de concorrência imperfeita, em que os preços se formam tendo como referência os preços de produtos importados, a burguesia não seria forçada à inovação, tendo razões para seguir em aliança com setores mais tradicionais e manter esse cenário.

modelo de capitalismo limitado. “No limite a pergunta será então: subcapitalismo ou socialismo?” (Cardoso, 1972, p. 198).

Para verificar a viabilidade de uma revolução socialista levada adiante pelas classes populares, seria necessário, contudo, verificar qual a visão de Cardoso acerca dessas classes. Não há, é certo, um esforço do autor em compreender de forma empírica o conjunto da sociedade tal e qual fizera com a burguesia. Ainda assim, é possível identificar em alguns trabalhos como o autor compreendia o “proletariado”.

Em artigo publicado na Revista Brasiliense intitulado *Condições sociais da industrialização de São Paulo*, Cardoso (1960) traz novamente a sua leitura acerca do modo impróprio pelo qual os negros foram inseridos na sociedade de classes. Compreende que a mão de obra industrial foi recrutada inicialmente, principalmente, entre os imigrantes, e que “os antigos escravos não foram, em regra, aproveitados pela indústria nascente” uma vez que “a condição de homens juridicamente livres não alterou neles, naturalmente, mentalidade e os hábitos de escravos, que eram incompatíveis com o trabalho assalariado livre nas indústrias” (Cardoso, 1960, p. 42). Entre os anos 1940/1960, contudo, os ex-escravos passariam a ser incorporados na indústria – depois de longo período vivendo no “desregramento e na miséria”. Sua contribuição para a industrialização teria sido como “força de trabalho eventualmente disponível” ou como “símbolo do trabalho aviltado, para o barateamento da mão-de-obra” (Idem, p. 44).

No ano seguinte, Cardoso publicaria *Proletariado no Brasil: situação e comportamento social* também na Revista Brasiliense. Nesse artigo, traduzido de dossiê organizado por Alain Touraine na *Sociologie du Travail*, busca identificar como as peculiaridades do sistema industrial brasileiro teriam reflexos no proletariado. Nesse contexto “não havia condições para o desenvolvimento de formas de agir tradicionalmente proletárias” e “a expectativa vivida pelas camadas operárias nos momentos da formação do sistema fabril não chegava a decantar formas de comportamento e consciência que pudessem definir de maneira estável a condição de proletário” (Cardoso, 1961, p. 101).

As peculiaridades poderiam se explicar por uma dupla constituição.

De um lado, uma camada de trabalhadores brasileiros, de maioria rural, que sequer tinham o desejo de ascensão social e não tinham o intuito de “escapar da condição de operário” (Cardoso, 1961, p. 104). Não sabiam como reivindicar melhorias, “dirigiam-se à diretoria exprimindo seus queixumes, antes implorando do que reivindicando” (Idem, p. 110-111). Faltar-lhes-ia tradição operária, constituindo uma massa inexperiente para a cidadania e para a luta operária. Suas reivindicações seriam pura violência, pura negação. A violência nesse contexto “não indica senão uma ‘consciência de revolta’ que, em última análise, denuncia a intenção do ato heróico [sic] de negação absoluta da ordem industrial” (Idem, p. 111). A ação dos operários, identificada pelo roubo e destruição de máquinas, demonstraria a “incapacidade de compreensão dos mecanismos de manutenção da ordem capitalista industrial” e teria como consequência a “impossibilidade de reação organizada a ela” (Idem, p. 111). Todo esse contexto levaria

a uma situação em que o operariado participa mais como “massa de manobra” do que como classe social consciente de seus interesses (Idem, p. 119).

Por outro lado, haveria o grupo composto por imigrantes. Afirma que “o que caracterizava em geral a conduta desses trabalhadores, na medida em que eram imigrantes, era a vontade de ascensão social” (Cardoso, 1961, p. 103-104). Dentre os imigrantes de origem urbana europeia identifica muitos, em especial entre italianos e espanhóis, “que transplantaram consigo para as Américas a experiência, o sentimento e os objetivos de grupos operários europeus politizados e inconformados com a espoliação social imposta pelo capitalismo industrial” (Idem, p. 104). Seriam eles anarquistas, anarco-sindicalistas, sindicalistas, “carbonários”, além de outras variantes do movimento operário europeu, que tentavam “organizar o incipiente operariado brasileiro e fazê-lo reagir como camada social dotada de características próprias” (Idem, p. 105). Devido às condições estruturais colocadas, a ambição de ascensão social dos imigrantes encontrava possibilidades efetivas de mobilidade vertical no sistema industrial do país. A posse de uma técnica manual mais elaborada consistia em recurso que fazia possível um artesão hábil e trabalhador “tornar-se proprietário de uma pequena oficina e, quem sabe, com um pouco de audácia e sorte, ‘fazer a América’, transformando-se em industrial” (Idem, p. 104).

A mesma dualidade que se expressava na análise da burguesia, portanto, já havia sido traçada por Cardoso, embora de forma menos sistemática, nesses artigos acerca do proletariado. Pouco conhecidos, eles ajudam a explicar a frase que aparece de modo apressado em *Empresário Industrial...* ao afirmar a ausência de consciência de classe da burguesia: “dá-se, pois, com a burguesia industrial, por motivos análogos, a réplica do que ocorre com o proletariado” (Cardoso, 1972, p. 166). Em outra passagem semelhante, diz que “da mesma forma que a inexistência de uma ‘tradição proletária’ dificulta a orientação do comportamento operário por valores [sic] compatíveis com a situação de classe, a origem não-industrial recente dos industriais brasileiros dificulta que se orientem como empresários e que atuem como classe” (Idem, p. 160).

Ainda assim, o proletariado, como se verá, era o único grupo da base da sociedade brasileira que teria ação minimamente racional, mesmo que predominantemente sem tradição operária e sem consciência de classe. Ao se referir aos grupos não operários, sejam eles as massas urbanas ou o campesinato, fica ainda mais evidente a visão geral de Cardoso acerca da incapacidade de uma ação popular racional e politicamente orientada.

A questão “subcapitalismo ou socialismo?” que encerra *Empresário Industrial...* certamente não trazia consigo a crença na real possibilidade de uma revolução socialista levada adiante pelas forças populares. Já na segunda edição do livro, lançada em 1972, esse problema já seria trazido de modo mais claro. Retomando o problema sobre “subcapitalismo ou socialismo?”, afirma que “o empresariado jogou o peso de sua influência em 1964 para tornar inviável a alternativa – *de resto ténue* – de um possível desenvolvimento socialista” (Cardoso, 1972, p. 15, grifo nosso).

Assim, a formação patrimonial e escravista teria estabelecido as condições estruturais particulares em que se deu a industrialização brasileira. A burguesia emergente, sem projeto político claro, não veria problemas em se aliar a grupos tradicionais e tampouco faria resistência à entrada do capital estrangeiro. Já o proletariado seria predominantemente débil, constituído em maior parte por brasileiros provenientes da escravidão e/ou do meio rural, sem capacidade para a cidadania e para a luta operária. Os imigrantes, mais adaptados à ordem industrial e capazes de ação racional, encontrariam facilidade para a ascensão social, o que reduziria seu potencial como tensionador desse sistema.

Considerações finais

Buscou-se neste artigo reconstruir partes importantes do pensamento de Fernando Henrique Cardoso e, em especial, reforçar a importância que a análise da estrutura social brasileira possui em suas obras. Não só a leitura da burguesia, amplamente mencionada pelos estudiosos das suas obras, mas também o operariado possui importância nessa construção.

Outro aspecto que salta aos olhos como uma espécie de pano de fundo das análises sociais feitas por Cardoso é o aspecto racial. Se o autor contribuiu para o questionamento das teses da “democracia racial” brasileira, é revelador como o peso dado à escravidão serve de base para se argumentar a incapacidade desses grupos, seja para lutar pela própria liberdade no século XIX, seja para agir como um operário, se organizar e conduzir um processo de transformação política. O que haveria de potencial transformador estaria na burguesia de São Paulo. No Nordeste, as práticas tradicionais seriam mais amplamente identificadas. O potencial transformador do operariado estaria nas camadas brancas – os imigrantes europeus –, e não no grosso da população nacional, marcadamente negra e herdeira da escravidão.

A obra de Cardoso situa-se em período histórico já bastante distante daquele em que predominavam as leituras eugenistas, notadamente o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Igualmente, o autor se afastou de interpretações que de alguma forma suavizavam o impacto da escravidão e que ganharam força nos anos 1930 e no pós-guerra, em especial com Gilberto Freyre. Cardoso produz uma obra atenta à questão racial, capaz de denunciar a violência presente nesse sistema e crítica ao modo como se deu a transição, associando o progresso à imigração europeia. Ao empreender suas análises do corpo social brasileiro, contudo, termina por reafirmar essas mesmas construções.

O reconhecimento da estrutura violenta terminou por produzir uma leitura totalizante da escravidão. Assim, ao denunciar a violência, Cardoso o fez de tal modo que terminou por reiterar estigmas e leituras profundamente preconceituosas acerca da população brasileira e dos negros, em especial. Se não havia mais a crença em uma inferioridade racial, a inferioridade – ou “debilidade”, para ficar no termo amplamente

usado pelo autor – se explicaria em função das heranças deixadas pela própria escravidão.

No limite, para Cardoso a debilidade da formação social, especialmente marcada pela escravidão, e a estrutura estatal que dela decorreu (patrimonial) tornariam inviáveis quaisquer projetos de desenvolvimento genuinamente nacionais. Sem burguesia, proletariado e Estado racionalmente orientados, a esperança do processo de desenvolvimento só poderia vir de fora para dentro. Não parece forçoso dizer que, em alguma medida, a defesa do projeto de desenvolvimento associado se assentou sob bases profundamente racistas. Se têm razão os autores que apontam para a indissociação entre as construções teóricas e a experiência de FHC na Presidência da República, então os impactos dessa construção são ainda mais profundos. Talvez haja aqui um elemento a mais que contribua para entender as profundas e complexas implicações do racismo estrutural no Brasil (Almeida, 2019).

Referências

- ALMEIDA, Mariléa de.
(2022). *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. Editora Elefante.
- ALMEIDA, Sílvio.
(2019). *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial Ltda.
- ALONSO, Ângela.
(2015). *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BIANCHI, Alvaro.
(2010). *Um ministério dos industriais: a federação das indústrias do estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas: Unicamp.
- CARDOSO, Adalberto.
(2008). *Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social*. *Novos estudos CEBRAP*, p. 71-88.
- CARDOSO, Adalberto.
(2015). *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Editora FGV.
- CARDOSO, F. H; FALETTTO, Enzo.
(2011). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, 10. ed.
- CARDOSO, Fernando Henrique.
(1960, mar.,abr.). "Condições sociais da industrialização de São Paulo". *Revista Brasiliense*. n.28. 31-46.
- (1961). "Proletariado no Brasil: situação e comportamento social". *Revista Brasiliense*, (?): 98- 122.
- (1972). *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- (1975). *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (1993a). *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- (1993b). *Livros que inventaram o Brasil*. *Novos Estudos Cebrap*, n. 37, nov.
- (2003). *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- (2015-2019). *Diários da presidência*. São Paulo: Companhia das Letras, 4 v.
- CARDOSO, Fernando Henrique; TOLEDO, Roberto Pompeu de.
(1998). *O presidente segundo o sociólogo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARVALHO, Rodrigo Badaro.
(2015). *O sociólogo Fernando Henrique nunca esquecido pelo presidente FHC: do discurso contra Vargas à reforma neoliberal do Estado no Brasil*.
- (2022a). *Apatia popular no pensamento político e social brasileiro: uma análise a partir das obras de Oliveira Viana, Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso*.

- (2022b). Rasguem o que escrevi! Uma análise comparada do intelectual e do presidente Fernando Henrique Cardoso. *Sociedade e Estado*, v. 37, p. 621-649.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. (2009). Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*.
- COHN, Gabriel. (1987). "O ecletismo bem temperado." *O saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, edited by Maria D'Incao. UNESP.
- COSTANZO, Daniela; MARINO, Rafael. (2022). Duas Interpretações do Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico, de Fernando Henrique Cardoso. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 299-330.
- DINIZ, Eli. (1978). *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. (1978). *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- DULCI, Marcelo Soares. (2010). *PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, tese de doutorado.
- FERNANDES, Florestan. (2021). *A integração do negro na sociedade de classes*. Editora Contracorrente.
- FIORI, José Luís. (1995). *Em busca do dissenso perdido: Ensaios críticos sobre a Festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight.
- FREYRE, Gilberto. (1933). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- GONÇALVES, Rodrigo Santaella. (2018). *Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, tese de doutorado.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1936). *Raízes do Brasil*. J. Olympio.
- LAHUERTA, Milton. (2001). Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In: *Cadernos AEL*, vol.8, n.14-15.
- MAIO, Marcos Chor. (1998). O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *XXII Encontro Anual da ANPOCS*. GT: Pensamento Social no Brasil. Caxambu. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300009>, Acesso em: 29 de maio de 2024.
- MANCUSO, Wagner Pralon. (2007). *O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Humanitas/Edusp.
- NATALINO, Enrique Carlos. (2020). *A construção do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, tese de doutorado.
- PÉCAUT, Daniel; GOLDWASSER, Maria Julia. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática.
- QUEIROZ, Pedro Henrique Santos. (2020). "Subcapitalismo ou socialismo?": Revisitando uma passagem de Fernando Henrique Cardoso. *Latitude*, v. 14, n. 1, p. 73-94.
- RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. (2011). As relações raciais na obra de Fernando Henrique Cardoso e a dimensão moral do racismo. *Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES*, v. 1, n. 1.
- (2020) A recepção de Max Weber no pensamento de Fernando Henrique Cardoso e a legitimação intelectual do projeto de reforma do Estado no Brasil. FIAR - Forum For Inter-American Research, Vol. 13.3 (Dec. 2020), p. 58-74.
- SIMAS, Luiz Antônio. (2018). *Almanaque brasilidades: um inventário do Brasil popular*. Bazar do Tempo.
- TRASPADINI, Roberta. (2014). *A Teoria da (Inter)Dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Outras Expressões.
- VIANA, Francisco José Oliveira de. (2005). *Populações meridionais do Brasil*. Senado Federal, Conselho Editorial.

WASSERMAN, Claudia.
(2017). *A teoria da dependência: do nacional-
desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Editora
FGV.

Recebido em
outubro de 2023

Aprovado em
março de 2024